



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

DECRETO Nº 348, de 9 de junho de 2010 (**CONSOLIDAÇÃO**)

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – CONSEA/Toledo.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem a alínea “g” do inciso I do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município e a Lei nº 2.013, de 9 de dezembro de 2009,

considerando o contido no Pedido de Providências nº 239.450, da Secretaria Municipal da Educação,

DECRETA:

Art. 1º – Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – CONSEA/Toledo, que passa a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de junho de 2010.

LÚCIO DE MARCHI
PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE TOLEDO – CONSEA/TOLEDO~~

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE TOLEDO – COMSEA/TOLEDO

(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022)

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

~~Art. 1º – O presente Regimento Interno regulamenta as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – CONSEA/Toledo, instituído pela Lei 2.013 de 09 de dezembro de 2009.~~

Art. 1º - Este Regimento Interno regulamenta as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Toledo – COMSEA/Toledo, instituído pela Lei nº 2.013, de 9 de dezembro de 2009. (redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022)

Parágrafo único – Para os efeitos deste Regimento Interno, a sigla COMSEA e a palavra “Conselho” equivalem à denominação de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Toledo. (redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013)

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO

Art. 2º – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é órgão de assessoramento permanente do Poder Público Municipal, de caráter consultivo, no âmbito de suas competências, e deliberativo no que se referir às suas diretrizes e planos de ação, projetos e Regimento Interno.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 3º – São atribuições do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, previstas no art. 2º da Lei nº 2.013/09:

I – assessorar o Prefeito Municipal quanto às diretrizes gerais da política de segurança alimentar e nutricional;

II – propor e acompanhar as ações do governo municipal e da sociedade civil organizada nas áreas de segurança alimentar e nutricional;

~~III – estimular a formação da política municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável;~~

III – estimular a formação da política municipal de segurança alimentar e nutricional; (redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

IV – cooperar na articulação entre as áreas do governo municipal e da sociedade civil, para implementação de ações voltadas ao combate às causas de insegurança alimentar e distúrbios nutricionais, no âmbito do município;

V – incentivar parcerias que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização de uso de recursos disponíveis;

~~VI – propor a instituição de grupos de trabalho de caráter temporário, de Comissões Permanentes e de Câmaras Temáticas, para encaminhar discussões e elaborar propostas de ação no âmbito da segurança alimentar e nutricional;~~

VI - propor a instituição de Comissões Permanentes e de grupos de trabalho temporário, para encaminhar discussões e elaborar propostas de ação no âmbito da segurança alimentar e nutricional; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

VII – manter intercâmbio com entidades e organizações públicas, de pesquisa e que desenvolvam atividades voltadas a questão do combate à fome e à segurança alimentar e nutricional, inclusive nas esferas estadual e federal;

VIII – propor e coordenar campanhas de informação e conscientização da opinião pública sobre o combate à fome e a segurança alimentar;

IX – promover a integração com os demais Conselhos Municipais e com os segmentos da sociedade, visando democratizar as informações referentes à Segurança Alimentar e Nutricional e combate à fome e à exclusão social;

X – propor projetos e ações prioritárias de políticas de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos no plano plurianual de governo e na lei de diretrizes orçamentárias.

~~Parágrafo único – O CONSEA/Toledo deverá promover e coordenar, a cada 2 (dois) anos, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.~~

~~Parágrafo único – O COMSEA/Toledo deverá promover e coordenar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme orientações do CONSEA Nacional. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

Parágrafo único - O COMSEA/Toledo deverá promover e coordenar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme orientações do CONSEA Nacional e/ou do CONSEA Estadual. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO

~~Art. 4º – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar – CONSEA/Toledo será composto por 16 (dezesseis) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação:~~

~~Art. 4º – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA/Toledo será composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação: [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 4º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA/Toledo será composto por 21 (vinte e um) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação: [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~I – 07 (sete) representantes governamentais, assim definidos:~~

~~I – 06 (seis) representantes governamentais, assim definidos:~~

~~[\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

I - 07 (sete) representantes governamentais, assim definidos:

[\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

a) 01 (um) da Secretaria Municipal da Agropecuária e Abastecimento;

a) 01 (um) da Secretaria Municipal **do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico**; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

b) 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social;

c) 01 (um) da Secretaria Municipal da Educação;

d) 01 (um) da Secretaria Municipal da Saúde;

e) 01 (um) da Secretaria Municipal da Administração;

~~f) 01 (um) do Instituto Emater, unidade de Toledo;~~

f) 01 (um) do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), unidade de Toledo; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~g) 01 (um) de instituições públicas de ensino técnico superior e de pesquisa. [\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

h) 01 (um) da Secretaria de Esportes e Lazer; [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~II – 09 (nove) representantes da sociedade civil organizada, assim definidos:~~

~~II – 12 (doze) representantes da sociedade civil organizada, assim definidos: [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

II - 14 (quatorze) representantes da sociedade civil organizada, assim definidos: [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

a) 01 (um) do Conselho de Alimentação Escolar;

b) 01 (um) do Conselho Municipal de Assistência Social;

c) 01 (um) do Conselho Municipal de Saúde;

d) 01 (um) do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

e) 01 (um) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) 01 (um) do Conselho de Desenvolvimento Rural de Toledo;

g) 01 (um) de categoria profissional com atuação no âmbito da segurança alimentar e nutricional;

~~h) 01 (um) de Associações de Produtores Rurais;~~

~~h) 01 (um) de Cooperativas da Agricultura Familiar; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

h) 01 (um) de associações de produtores rurais, podendo ser de produtores orgânicos; [\(redação dada pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018\)](#)

~~i) 01 (um) de instituições privadas de ensino técnico superior e de pesquisa.~~

i) 01 (um) de entidade que trabalha com o ensino superior; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

j) 01 (um) de movimento sindical patronal rural; [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~k) 01 (um) de movimento sindical dos trabalhadores rurais; (dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013) (dispositivo revogado pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018)~~

~~l) 01 (um) de instituições socioassistenciais. (dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013)~~

~~l) 02 (dois) de instituições socioassistenciais. (redação dada pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018)~~

l) 01 (um) de instituições socioassistenciais; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

m) 01 (um) da Pastoral da Criança; [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

n) 01 (um) do Conselho da Juventude; e [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

o) 01 (um) de associação de feirantes. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

Art. 5º — ~~A cada membro titular do CONSEA/Toledo corresponderá 01 (um) suplente:~~

Art. 5º - A cada membro titular do COMSEA/Toledo corresponderá 01 (um) suplente. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

§ 1º — os membros titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições e nomeados pelo chefe do executivo municipal;

~~§ 2º — o mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por apenas mais um mandato.~~

~~§ 2º — o mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução por apenas mais um mandato. (redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013)~~

§ 2º — O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução. [\(redação dada pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018\)](#)

~~§ 3º — serão substituídos os membros titulares do CONSEA/Toledo que, sem motivo justificado faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas do colegiado, ou 06 (seis) alternadas.~~

§ 3º — Serão substituídos os membros titulares do COMSEA/Toledo que, sem motivo justificado faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou alternadas do colegiado. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

§ 4º — as entidades, instituições e órgãos representados pelos conselheiros faltosos, serão comunicados a partir da segunda falta, através de correspondência;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~§ 5º — em caso de substituição do conselheiro titular, a vaga será automaticamente preenchida pelo conselheiro suplente, devendo ser indicado um novo conselheiro suplente. [\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

~~§ 6º — os conselheiros suplentes terão direito a voz e voto, quando em substituição aos titulares em seus impedimentos, nas reuniões do CONSEA/Toledo;~~

§ 6º - Os conselheiros suplentes terão direito a voz e voto, quando em substituição aos titulares em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA/Toledo. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

§ 7º – os conselheiros suplentes terão direito a voz, mesmo na presença dos titulares;

§ 8º – a função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada um serviço público relevante.

§ 9º - Em caso de substituição do conselheiro titular ou suplente, a vaga será preenchida por conselheiro indicado pelo órgão representativo. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~Art. 6º — Os membros do CONSEA/Toledo deverão ser imediatamente substituídos nos casos de:~~

Art. 6º - Os membros do COMSEA/Toledo deverão ser imediatamente substituídos nos casos de: [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

- I – morte;
- II – renúncia;
- ~~III – mudança de domicílio residencial, saindo do município;~~
[\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)
- IV – doença que exija mais de um ano de afastamento;
- V – perda de vínculo com a entidade;
- VI – condenação por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;
- VII – procedimento incompatível com a dignidade da função.

~~Parágrafo único — Os membros representantes do Poder Executivo Municipal poderão ser demissíveis *ad nutum* do CONSEA/Toledo por ato do Prefeito Municipal.~~

Parágrafo único - Os membros representantes do Poder Executivo Municipal poderão ser demissíveis *ad nutum* do COMSEA/Toledo por ato do Prefeito Municipal. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~Art. 7º — Em caso de substituição do titular no CONSEA/Toledo, a vaga será ocupada pelo suplente, sendo que a vaga de suplente será ocupada pelo segmento representado. [\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 8º – Incorrerá na perda de mandato a entidade que apresentar as seguintes condições:

- I – mudança para fora do município;
- II – imposição de penalidade administrativa considerada de efeito grave.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA

Art. 9º – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá a seguinte estrutura:

- I – Plenária;
- II – Diretoria e
- ~~III – Câmaras Temáticas e Comissões de Trabalho.~~
- III – Comissões Temáticas Permanentes; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)
- IV – Grupos de Trabalho Temporários. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

Seção I

Da Plenária

Art. 10 — A Plenária será composta pelos membros integrantes do CONSEA/Toledo referidos no art. 4º da [Lei 2.013/2009](#):

Art. 10 - A Plenária será composta pelos membros integrantes do COMSEA/Toledo, referidos no artigo 4º da Lei nº 2.013/2009. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

Parágrafo único: são competências da plenária:

- I – eleger a Diretoria do CONSEA/Toledo;
- I - eleger a Diretoria do COMSEA/Toledo; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)
- ~~II – deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;~~
- II – propor, discutir e deliberar sobre as matérias pertinentes do COMSEA; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)
- III – dispor sobre atos e normas relativos ao funcionamento do Conselho;
- ~~IV – constituir Comissões Temáticas permanentes e transitórias;~~
- IV – constituir Comissões Temáticas permanentes e Grupos de Trabalho Temporários; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)
- V – aprovar convênios que digam respeito à Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI – acompanhar e controlar, em todos os níveis, as ações oriundas das finalidades do Conselho enumeradas no art. 3º da [Lei 2.013/2009](#);
- ~~VII – apreciar a prestação de contas do ressarcimento de despesas a seus membros ou pessoas a serviço do Conselho, desde que devidamente autorizadas pela Diretoria;~~ [\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)
- VIII – analisar e aprovar as prestações de contas dos convênios existentes para a Segurança Alimentar e Nutricional;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~IX — apreciar mensalmente, a programação físico-financeira das atividades do Conselho, e~~

~~IX — apreciar bimestralmente, a programação físico-financeira das atividades do Conselho; e~~ [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

IX - apreciar, anualmente, a programação das atividades do Conselho; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~X — deliberar, com no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, alterações do Regimento Interno.~~

X – deliberar, com maioria simples de seus membros, alterações do Regimento Interno. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

Seção II

Da Diretoria

~~Art. 11 — O Conselho elegerá, dentre seus membros, pelo voto mínimo de 2/3 (dois terços) a Diretoria, assim composta:~~

Art. 11 – O Conselho elegerá, dentre seus membros, pelo voto da maioria simples a Diretoria, assim composta: [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

~~III – Secretário.~~

III - Coordenador das Comissões Temáticas Permanentes. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

§ 1º – A Diretoria terá mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução ao mesmo cargo apenas uma vez;

~~§ 2º — Em caso de vacância de um membro da Diretoria caberá à plenária do CONSEA/Toledo decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto durante a reunião ordinária do Conselho.~~

§ 2º – Em caso de vacância de um membro da Diretoria caberá à plenária do COMSEA/Toledo decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto durante a reunião ordinária do Conselho, respeitando a necessidade da presidência ser exercida pela sociedade civil, conforme § 3º do artigo 11 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

Art. 12 – Compete ao Presidente:

~~I — convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CONSEA/Toledo, definindo a pauta;~~

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMSEA/Toledo, definindo a pauta; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

II – representar o Conselho em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação, desde que previamente aprovada pela Plenária;

III – encaminhar as discussões e colocá-las em votação;

IV – decidir e esclarecer as questões de ordem;

V – expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~VI — instalar as Comissões Temporárias e Câmaras Técnicas, empossando o coordenador e demais membros, conforme deliberado pela plenária;~~

VI – instalar as Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho, empossando o coordenador e demais membros, conforme deliberado pela plenária; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~VII — solicitar a apresentação de resultados das Comissões e Câmaras nos prazos estabelecidos;~~

VII – solicitar a apresentação de resultados das Comissões e Grupos nos prazos estabelecidos; [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

VIII – comunicar a quem de direito sobre possíveis vacâncias no Conselho;

~~IX — submeter à plenária a programação físico-financeira das atividades do CONSEA/Toledo;~~

IX - submeter à plenária a programação das atividades do COMSEA/Toledo; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

X – exercer o voto de desempate.

Art. 13 – Compete ao vice-presidente:

I – substituir o Presidente em seus impedimentos;

II – auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III – exercer atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria;

IV – cumprir e fazer cumprir este Regimento.

~~**Art. 14** — Compete ao Secretário:~~

Art. 14 - Compete aos Coordenadores das Comissões Temáticas: [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~I — secretariar as reuniões do Conselho;~~

I - coordenar os trabalhos das respectivas Comissões Temáticas; e [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~II — manter em dia e ordem as correspondências do Conselho;~~

II - indicar um relator para apresentar à Plenária os relatórios das reuniões das Comissões Temáticas. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~III — auxiliar o Presidente nos assuntos ligados ao seu setor. (dispositivo revogado pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022)~~

~~Seção III~~

~~Das Câmaras Temáticas e Comissões de Trabalho~~

Seção III

Das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho

[\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~**Art. 15** — O CONSEA/Toledo contará com Câmaras Temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas.~~

Art. 15 – O COMSEA/Toledo contará com Comissões Temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~§ 1º – As Câmaras Temáticas serão compostas por conselheiros designados pela plenária do CONSEA/Toledo.~~

§ 1º – As Comissões Temáticas serão compostas por conselheiros designados pela plenária do COMSEA/Toledo. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~§ 2º – Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas à plenária, as Câmaras Temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e outros técnicos, de acordo com os temas nelas em estudo.~~

§ 2º - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas à plenária, as Comissões Temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e outros técnicos, de acordo com os temas nelas em estudo. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~§ 3º Cada Câmara Temática terá um relator que a representará na apresentação dos resultados de suas reuniões à plenária.~~

§ 3º – Cada Comissão Temática terá um relator que a representará na apresentação dos resultados de suas reuniões à plenária. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~Art. 16 – O CONSEA/Toledo poderá instituir Comissões de Trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.~~

Art. 16 – O COMSEA/Toledo poderá instituir Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

~~Art. 17 – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data, horário e local estabelecidos em plenária, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente, do prefeito municipal ou de no mínimo um terço de seus membros.~~

~~Art. 17 – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, horário e local estabelecidos em plenária, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente, do prefeito municipal ou de no mínimo um terço de seus membros. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)~~

~~Art. 17 – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunir-se-á ordinariamente a cada mês, em data, horário e local estabelecidos em plenária, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente, do prefeito municipal ou de, no mínimo, um terço de seus membros. [\(redação dada pelo Decreto nº 209, de 13 de outubro de 2017\)](#)~~



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 17 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunir-se-á ordinariamente trimestralmente, em data, horário e local estabelecidos em plenária, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente, do prefeito municipal ou de, no mínimo, um terço de seus membros. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~§ 1º — A primeira plenária do CONSEA/Toledo instalar-se-á e deliberará com a presença de no mínimo 50% mais um do total de conselheiros.~~

§ 1º – O Plenário do COMSEA/Toledo reunir-se-á em sessão pública, e as decisões serão tomadas pela maioria simples de voto dos presentes. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~§ 2º — Quando se tratar de matérias relacionadas a Regimento Interno, Fundo e Orçamento, o quorum mínimo de votação será 2/3 (dois terços) de seus membros em primeira convocação e em segunda convocação, realizada 15 minutos após a primeira, com qualquer número de conselheiros.~~

§ 2º – O quórum mínimo para a instalação das reuniões ordinárias e extraordinárias será de maioria simples, em primeira convocação. Não havendo o respectivo quórum após 15 minutos da primeira chamada, instala-se a reunião em segunda chamada, observando o quórum mínimo de 1/3 dos conselheiros, notificando-se os ausentes, com as consequências previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 5º deste Regimento. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~§ 3º — Não havendo o quorum previsto, a reunião será suspensa e os conselheiros convocados que não se fizeram presentes serão considerados faltosos, com as consequências previstas nos parágrafos 3º e 4º do Art. 5º deste Regimento.~~

§ 3º – Os conselheiros titulares, no caso de possível ausência a reunião, devem comunicar, com a devida antecedência, o seu suplente, além de informar sua ausência ao Presidente do COMSEA/Toledo. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

Art. 17-A – As reuniões ordinárias do Plenário terão a seguinte sequência: [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

I – verificação da presença e da existência de quórum para instalação do Plenário;

~~II – aprovação da ata da reunião plenária anterior;~~ [\(dispositivo revogado pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018\)](#)

~~III – apresentação de correspondências recebidas e emitidas;~~
III - leitura da ordem do dia, com consulta ao Plenário sobre matérias novas a serem incluídas na pauta ou nas próximas reuniões; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~IV – leitura da ordem do dia, com consulta ao Plenário sobre matérias novas a serem incluídas na pauta ou nas próximas reuniões;~~

IV - leitura e aprovação da ata da reunião plenária anterior; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~V – apresentação, discussão e aprovação das matérias agendadas, preferencialmente com discussão e relatório prévio das Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho, quando necessário;~~

V - apresentação, discussão e aprovação das matérias agendadas, preferencialmente com discussão e relatório prévio das Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho, quando necessário; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~VI — informes gerais.~~

VI - apresentação de correspondências recebidas e emitidas; [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

VII - informes gerais. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~Parágrafo único — § 1º – Em casos de relevância e urgência, o Plenário poderá, mediante aprovação da maioria dos presentes, alterar a ordem do dia, introduzindo proposta extraordinária diretamente ao Plenário. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#) [\(dispositivo renumerado pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018\)](#)~~

~~§ 2º – As atas das reuniões do Conselho serão encaminhadas aos conselheiros por e-mail, para análise e eventuais retificações, sendo consideradas aprovadas no prazo estabelecido. [\(dispositivo acrescido pelo Decreto nº 413, de 3 de outubro de 2018\)](#)~~

§ 2º - As atas das reuniões do Conselho serão encaminhadas aos conselheiros por e-mail, para análise e eventuais retificações, devendo ser encaminhadas no prazo estabelecido e aprovadas na Plenária. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~**Art. 18 —** As reuniões do CONSEA/Toledo serão abertas à participação de qualquer cidadão ou entidade interessada, com direito a voz, e, para apresentar denúncias e/ou sugestões pertinentes à política de Segurança Alimentar e Nutricional.~~

Art. 18 - As reuniões do COMSEA/Toledo serão abertas à participação de qualquer cidadão ou entidade interessada, com direito a voz, e, para apresentar denúncias e/ou sugestões pertinentes à política de Segurança Alimentar e Nutricional. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

~~**Art. 19 —** Cada membro titular do CONSEA/Toledo terá direito a um único voto.~~

Art. 19 – Cada representação do COMSEA/Toledo terá direito a um único voto. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

Parágrafo único – O Presidente do Conselho terá, além do voto comum, o de qualidade, bem como a prerrogativa de deliberar *ad referendum* do colegiado.

~~**Art. 20 —** A ata de cada reunião será enviada via correio eletrônico aos conselheiros com até 10 (dez) dias após a reunião.~~

Art. 20 – As atas das reuniões plenárias serão numeradas e arquivadas em pasta própria por um período de dez anos. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

~~Art. 21 — Para a efetiva concretização dos objetivos propostos, o CONSEA/Toledo, deverá ter assegurado os meios necessários para o exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.~~

Art. 21 - Para a efetiva concretização dos objetivos propostos, o COMSEA/Toledo deverá ter assegurado os meios necessários para o exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 22 — Este Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, em reunião extraordinária do Conselho, convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e instalada com presença de 2/3 (dois terços) de seus membros.~~

Art. 22 – Este Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, em reunião extraordinária do Conselho, convocada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e instalada com presença da maioria simples de seus membros. [\(redação dada pelo Decreto nº 247, de 28 de novembro de 2013\)](#)

~~Art. 23 — Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pela plenária do CONSEA/Toledo.~~

Art. 23 - Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pela plenária do COMSEA/Toledo. [\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)

Art. 24 – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELA KANT MARTINS
CARLINHOS LUIZ FORNARI

[\(redação dada pelo Decreto nº 573, de 6 de setembro de 2022\)](#)
PRESIDENTE